



CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ADRIANA ANDRADE SOUSA SILVA

GLAYSON MELO DOS SANTOS

**CONDIÇÕES DE MORADIA E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO
RESIDENCIAL MIGUEL ARRAES FORTALEZA - CEARÁ**

FORTALEZA - CEARÁ

2017

ADRIANA ANDRADE SOUSA SILVA

GLAYSON MELO DOS SANTOS

**CONDIÇÕES DE MORADIA E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO
RESIDENCIAL MIGUEL ARRAES FORTALEZA - CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Faculdade Ateneu como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Ms. Juliana Lustosa Jucá.

FORTALEZA - CEARÁ

2017

S231c Santos, Glayson Melo dos.

Condições de moradia e as transformações ocorridas no Residencial Miguel Arraes Fortaleza - Ceará. / Glayson Melo dos Santos; Adriana Andrade Sousa Silva. -- Fortaleza: FATE, 2017.

28 f.

Orientador: Ms. Juliana Lustosa Jucá.
Artigo (Graduação em Serviço Social) – FATE, 2017.

1. Urbanização. 2. Política Habitação. 3. Moradia.
I. Título.

CDD 711.4

**CONDIÇÕES DE MORADIA E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO
RESIDENCIAL MIGUEL ARRAES FORTALEZA – CEARÁ**

***CONDITIONS OF DWELLING AND TRANSFORMATIONS OCCURRED IN
RESIDENTIAL MIGUEL ARRAES FORTALEZA – CEARÁ***

¹ ADRIANA ANDRADE SOUSA SILVA

² GLAYSON MELO DOS SANTOS

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as condições de acesso à moradia e as transformações ocorridas por meio da política de habitação no país, buscando compreender o processo de urbanização e a luta das famílias inseridas na unidade habitacional Miguel Arraes, que faz parte do Projeto Social de Urbanização Rio Maranguapinho, localizado em Fortaleza – Ceará. Como metodologia, este trabalho trata-se de um estudo de natureza qualitativa, em que foi feita uma pesquisa teórica bibliográfica e documental. Como resultado da pesquisa, aponta-se que o projeto social contou com a participação do Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Secretaria das Cidades, constituindo a realocação das famílias que viviam as margens do rio, para o Residencial Miguel Arraes. Inicialmente com a entrega da unidade habitacional em 2012, não tinham no território equipamentos inseridos em outras políticas como saúde, educação, esporte, lazer e cultura. Somente cinco anos após a entrega, é que foram inseridos os serviços de saúde e educação para atender essa população. É com esse olhar, viabilizando as transformações necessárias, que precisamos entender que existem outras particularidades em torno das unidades habitacionais, sobre as quais é preciso o Estado intervir, garantindo recursos para que as famílias inseridas em uma nova realidade, possam seguir suas vidas com direitos garantidos.

Palavras-chave: Urbanização, Política Habitação, Moradia.

ABSTRACT

This study aims to analyze the conditions of access to housing and the transformations that occurred through the housing policy in the country, seeking to understand the process of urbanization and the struggle of families in the housing unit Miguel Arraes, which is part of the Social Project of Urbanization Rio Maranguapinho, located in Fortaleza - Ceará. As a methodology, this work is a qualitative study, in which a theoretical bibliographical and documentary research was done. As a result of the research, it is pointed out that the social project counted on the participation of the Federal Government, through the Ministry of Cities, Federal Savings Bank and Secretary of the Cities, constituting the reallocation of the families that lived the banks of the River, to the Residential Miguel Arraes. Initially with the delivery of the housing unit in 2012, they did not have in the territory equipments inserted in other policies like health, education, sport, leisure and culture. Only five years after delivery, is the health and education services were introduced to serve this population. It is through this look, enabling the necessary transformations, that we need to understand that there are other peculiarities around the housing units, on which the State needs to intervene, guaranteeing resources so that families inserted in a new reality can follow their lives with rights guaranteed.

Keywords: Urbanization, Housing Policy, Home.

¹ Assistente administrativa na secretaria Municipal de Educação de Fortaleza – Ce. Operadora do Sistema de Acompanhamento na Frequência Escolar do Programa Bolsa Família na Educação; Operadora do Sistema de Gestão Educacional. Acadêmica em Serviço Social em formação na faculdade Ateneu, Fortaleza – Ce. E-mail: adrianaandrade11@yahoo.com.br

² Servidor público Municipal na Prefeitura de Fortaleza, Educador em Saúde no Núcleo de Educação em Saúde e Mobilização Social. Técnico em Vigilância em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Acadêmico em Serviço Social em formação na Faculdade Ateneu, Fortaleza-Ceará. E-mail: glayson81@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as condições de acesso à moradia e as transformações ocorridas com a política de habitação no Residencial Miguel Arraes. Ao longo dos anos, com o crescimento desordenado da população de Fortaleza às margens do Rio Maranguapinho, 1212 famílias tinham suas casas alagadas em épocas de chuvas, além da ausência de saneamento básico, tornando-as totalmente vulneráveis a contrair doenças e ocasionando problemas de saúde pública (SECRETARIA DAS CIDADES, 2011).

O Projeto Social Rio Maranguapinho desenvolvido em outubro de 2011, tem por finalidade a melhoria das condições de moradia da população que residiam na faixa de alagamento em situação de alto risco, a recuperação sócia - ambiental do Rio Maranguapinho, bem como atender a população de baixa renda afetada pelas cheias, realocando e abrigando as famílias no residencial Miguel Arraes, localizado no bairro Siqueira, Fortaleza, Ceará. Esse projeto contou com a participação do Governo Federal por intermédio do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Secretaria das Cidades (SECRETARIA DAS CIDADES, 2011).

Essas 1212 famílias viviam em áreas de risco as margens do rio e tinham de forma precária acesso aos equipamentos de saúde e educação. Essa população foi realocada para o bairro do Siqueira, uma área muito distante, em apartamentos verticais, onde terão que aprender a conviver nesse novo espaço como sociedade, dividir com a população já existente nesse novo território, os equipamentos (escolas, posto de saúde) em condições já insuficientes para atender as demandas e adquirir novos hábitos. Mas essa nova realidade se adéqua a realidade das famílias?

Desta forma, temos como objetivos específicos deste trabalho os seguintes: compreender o processo de adaptações das famílias em suas novas moradias; identificar os equipamentos de serviços públicos acessíveis a esta população; investigar as mudanças ocorridas no contexto social dessa comunidade.

O artigo está estruturado iniciando com a introdução, seguido da fundamentação teórica, sendo subdividido nas seguintes seções: A primeira seção versa sobre o Aspecto da urbanização no Brasil que ocorreu no período pós-guerra, trazendo desafios para as cidades com a migração da população de várias regiões do país, em busca de trabalho nas indústrias que se instalara nas grandes cidades. Dando início uma verdadeira disputa por terra e, ou moradia, findando em questão habitacional como questão social por falta de política pública.

Seguimos a pesquisa pela seção que destaca sobre a Política Habitacional no Brasil, sendo fruto de um processo de participação dos movimentos sociais, porém, durante décadas foram desenvolvidos programas paliativos para atender a questão habitacional, mas não solucionando o déficit habitacional no país. Somente em 2003, é que a política de habitação se aproximou da população mais pobre, por meio da Política Nacional de Habitação, com o Programa Minha Casa Minha Vida criados no governo Lula, possibilitando a população de baixa renda o acesso à moradia por meio de financiamento pela Caixa Econômica Federal.

Na sessão seguinte, explicitamos a Trajetória da Política Habitacional no Município de Fortaleza, que assim como ocorreu no cenário nacional, o processo de urbanização se deu em meio ao processo de industrialização, ocorrendo uma superpopulação no centro da capital de maneira desordenada. Com os movimentos sociais dos trabalhadores por moradia, o governo criou conjuntos habitacionais, como forma de controlar os movimentos e manter a população pobre em áreas afastadas dos bairros mais desenvolvidos, dando origem a periferia.

Finalizamos as sessões com Residencial Miguel Arraes: experiências de uma comunidade, onde apresentamos a origem das famílias que viviam as margens do rio, sendo realocadas para unidade habitacional em 25 de setembro de 2012. Foram beneficiados com moradia um total de 1212 famílias, entregues pelo Governador na época, Cid Gomes. Seguimos expondo sobre a metodologia, onde explanamos sobre o percurso metodológico e por fim apresentamos a conclusão, onde foram expostas alguns dos resultados obtidos com a pesquisa.

2 ASPECTO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de urbanização que ocorreu no período do pós-guerra, trouxe novos desafios para as cidades, que passaram a receber uma quantidade cada vez maior de pessoas deslocadas de várias regiões do país. Esse processo migratório intenso, provocado pela industrialização, potencializou o acirramento das questões sociais, como resultado na luta dos trabalhadores para conquistar seus direitos.

Essa expansão ficou marcada pela ausência de políticas estruturais específicas e transformou a maioria das cidades brasileiras em verdadeiros palcos de disputas pela terra, fazendo da questão habitacional um dos elementos centrais da apropriação capitalista.

A urbanização no Brasil está diretamente ligada à especulação imobiliária, principal responsável pelo déficit habitacional (números de casas que faltam para atender aqueles que precisam). Cada vez mais se observa o rápido crescimento do mercado imobiliário. O crescimento chega em 256% de 2005 a 2010 (BEZERRA, 2012, p. 183).

Nessa lógica, a questão urbana, vista como o acirramento das desigualdades no espaço das cidades, configura-se como uma manifestação da questão social, verificada no cenário diversificado e dominado pelo mercado (...) (NETO, 2007).

A falta de moradia se constitui como expressão da questão social, segundo Iamamoto;

A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 1983, p. 77).

Conforme a autora supracitada, a questão social está ligada a emergência do trabalhador livre que depende exclusivamente da venda de sua força de trabalho para satisfazer suas necessidades.

Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2012, p. 156).

Com a crise no mundo, o Brasil sofre altos índices de inflação, e o desemprego se apresenta como uma realidade que implica no crescimento das favelas, que se proliferam por meio das ocupações dos terrenos vazios segundo IANNI, (1994);

(...) uma manifestação aguda da questão social (...) revela vários aspectos da questão social: pauperismo, desorganização familiar, preconceito racial, preconceito sexual, e de idade e desenvolvimento de uma espécie de subcultura de coletividade segregadas (IANNI, 1994, p.01).

Observa-se, que as famílias mais pobres das cidades capitalistas, vivem em áreas de risco, não possuem habitação adequada ou não tem onde morar. Com base na pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2010) em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, em 2010 o Brasil apresentava um déficit Habitacional de 6,9 milhões de moradias sendo 85% em áreas urbanas e 15% na zona rural. Relativizando esses valores entre as regiões do país, o

censo desta pesquisa revelou que o nordeste brasileiro concentra 30% do déficit habitacional, perdendo apenas para a região Sudeste que concentrou 38% da falta de moradias de todo país. Dentre os Estados da região nordestina, o Ceará ocupa a quarta posição no ranking com um déficit habitacional de 276 mil.

O que chama atenção nesta pesquisa são os valores do déficit habitacional nas grandes cidades brasileiras. Os municípios destacados com maior falta de moradias são também os mais populosos e com maior desenvolvimento econômico. Na ponta dessa estatística está o município de São Paulo - SP, que de acordo com o último censo do IBGE (2010) apontava uma população de mais de 11,2 milhões de habitantes e um déficit habitacional de 474 mil (FJP, 2010), seguido do Rio de Janeiro-RJ com população de 6,3 milhões e 220 mil faltas de moradias, e em 6º posição Fortaleza- CE com população de 2,4 milhões e um déficit de 95 mil moradias.

Com a superlotação das cidades e a infraestrutura não acompanhando o crescimento, surgem os conflitos, a violência na ausência de moradia. Percebemos aí a questão habitacional como uma expressão da questão social, como consequência do conflito entre capital e trabalho. Assim, vivencia-se hoje uma crise urbana;

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2003, p. 74).

A crise urbana que está afetando milhões, seria então, priorizada em relação às necessidades dos investidores e financistas. Mas os movimentos sociais não são suficientes forte ou mobilizado para impor essa solução (...) (HARVEY, 2003, p. 89).

Para Oliven, (2010) um dos fatores responsáveis pela transformação do Brasil em uma sociedade cada vez mais urbana é a penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarização dos camponeses e agricultores mais pobres que acabam migrando para as cidades, sendo estes atraídos pela expectativa de melhores condições de vida que é fomentado pela constante difusão de imagem e valores urbanos transmitidos pelos meios de comunicação em massa.

Este aceleração populacional nos centros urbanos tem transformado a cidade em uma grande arena de disputa pelo espaço, restando à população mais pobre e menos favorecida a ocuparem áreas de risco sem infraestrutura e sem saneamento básico, se submetendo a condições insalubres.

Com o crescimento da industrialização e a forma de vida da população, criou-se uma densa rede urbana sem planejamento, apenas atendendo aos resultados do capitalismo industrial. Segundo Lefebvre, (2001) a cidade sofreu forte impacto do processo de industrialização;

A cidade é pré-condição do capitalismo na medida em que é necessário para existência do mesmo, mas mais tarde o desenvolvimento do capitalismo intensifica o crescimento das cidades. Nesse sentido, a cidade é primeiro um pressuposto do capitalismo e posteriormente seu desenvolvimento é um resultado dele (WEBER, 1967, p. 88).

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho de sua divisão técnica, mas também da divisão social (CARLOS, 2005). Nesse sentido, o acesso à cidade se dá de forma contraditória, tendo em vista que no sistema capitalista, o uso da terra é mercantilizado.

A cidade é dividida em lotes cuja ocupação para moradia, trabalho ou lazer submete-se ao mercado imobiliário, sinalizando uma hierarquia espacial como produto direto da hierarquia social fundada na concentração de riqueza (CARLOS, 2008).

Com apropriação do mercado imobiliário supervalorizando o valor das terras, a população que não se enquadra no perfil financeiro, acaba por ficar em condições de vulnerabilidade nas grandes comunidades.

O crescimento populacional quando desordenado, gera nas cidades a ocupação de locais inadequados para moradia, como áreas com grande declividade, fundos de vale, praças, viadutos, entre outras (ZMITROWICZ, 2002).

De acordo com Maricato, (2015) a cidade é uma mercadoria;

É um produto resultante de determinadas relações de produção. Se lembrarmos de que a terra urbana, ou um pedaço da cidade, constitui sempre uma condição de monopólio – ou seja, não há um trecho igual a outro, e sua localização não é reproduzível – estamos diante de uma mercadoria especial que tem atributo de captar ganhos sobre a forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária seu motor central (MARICATO, 2015, p. 23).

Para a Maricato, (2015) a cidade sendo considerada como um grande negócio, a população menos favorecida de renda, não terá acesso a este produto, e certamente irá viver onde for possível morar, com inúmeros problemas sociais em torno da população, que se agrega de forma desorganizada nos espaços vulneráveis.

Segundo Carlos, (2005) há uma necessidade de se pensar em um processo de mudança, analisando as desigualdades sociais, possibilitando ao sistema capitalista atender as necessidades desta população. Neste sentido, o Estado precisa intervir

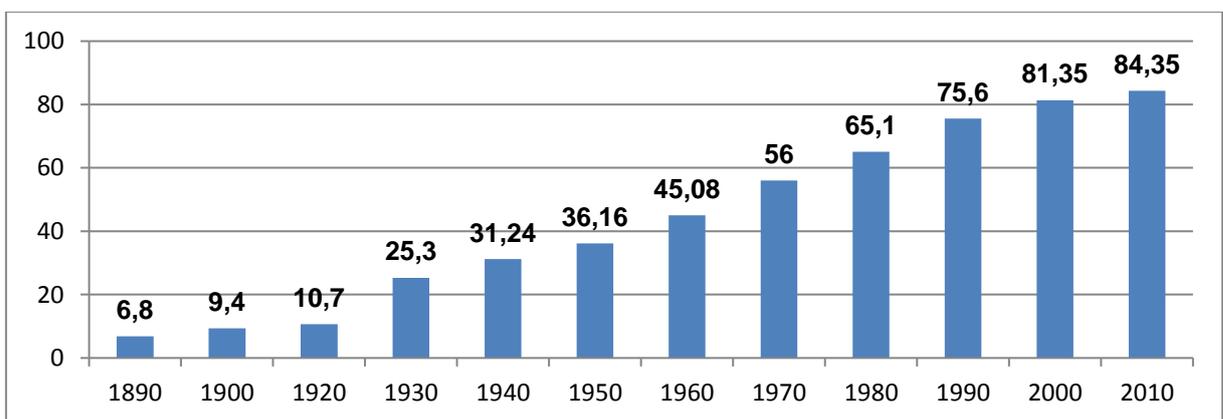
para garantir à população o acesso à moradia digna que não se resume somente a moradia, mas tudo que a permeia.

É notória a exclusão da maioria da população nas grandes cidades pelo Brasil ao acesso a moradia, que segundo o IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA) (2013), a sociedade precisa tomar conhecimento sobre o déficit habitacional no país para que possam cobrar políticas que lhe assegurem esse direito. O objetivo do indicador do déficit habitacional é, portanto, orientar os agentes públicos responsáveis pela política habitacional na construção de diversos programas que sejam capazes de suprir essas necessidades nas esferas de governo dos Municípios, do Distrito Federal, e dos Estados e da União (IPEA, 2013).

Temos observado um crescimento cada vez mais acelerado da população no Brasil, população essa que migra do campo para a cidade e isso tem provocado um grande crescimento de demandas por moradias. Esse crescimento tem produzido uma desordem socioeconômica, justamente por não ser acompanhado por medidas governamentais que solucione as demandas por moradias.

Podemos observar melhor o crescimento populacional do Brasil no gráfico abaixo, onde em 1960, a população era de 45,08%, chegando em 2010 com um total de 84,35%.

Gráfico 1 – Evolução do crescimento populacional urbano no Brasil



Fonte: IBGE, 2012.

O rápido processo de urbanização no Brasil, trouxe ao mesmo tempo consequências negativas, que tratamos como questão social, ou seja, as ocupações irregulares que contribui para o aumento acelerado das favelas no Brasil.

Maricato, (2003) traz uma análise da exclusão dos trabalhadores do mercado imobiliário e conseqüentemente esses trabalhadores buscam as favelas como moradia;

Antes mesmo das chamadas décadas perdidas (anos de 1980 e 1990) a inserção social nas relações capitalistas apresentavam relação complexa entre regra e exceção. Trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e frequentemente, buscaram a favela como forma de moradia (MARICATO, 2003, p. 153).

Os trabalhadores sem acesso aos grandes centros urbanos são obrigados a vender sua força de trabalho para poderem garantir suas necessidades básicas, e conscientemente se instalam nas periferias.

Para Yamamoto, (2001) somente por meio de lutas dos trabalhadores, fazendo pressão ao Estado, é que serão implantadas políticas que garantam moradias para população mais pobre e sem renda;

Foram às lutas sócias que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, explorando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Desta forma, a intervenção do Estado por meio das políticas de habitação ao longo de décadas para a população de baixa renda, tem se mostrado incapaz de solucionar as desigualdades e o acesso à moradia.

3 POLITICA HABITACIONAL NO BRASIL

A Política Nacional de Habitação é fruto de um processo de participação dos movimentos sociais, tendo contribuições nos seminários e conselhos das cidades, tendo como objetivo “retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso às condições de moradia digna” (M. CIDADES Nº 4, BRASILIA, 2005, p. 86).

Considera-se importante a Política Nacional de Habitação, por discutir a reforma urbana;

A política nacional encontra-se estruturada da seguinte maneira: inicialmente faz um diagnóstico da questão habitacional no país, apontando os principais problemas e as distorções do modelo institucional e financeiro, em vigência; em seguida apresenta as estratégias para alterar o diagnóstico apresentado e os recursos esperados para os próximos anos de governo, que consistem em ter uma política urbana com a implantação de um Sistema Nacional de (M. CIDADES Nº 4, BRASILIA, 2005, p. 86).

O Estado ao longo dos anos, vem assumindo o papel de provedor na garantia de moradia, ainda que mediante desafios para implantação dessas políticas;

O acesso à moradia durante muito tempo se deu apenas a uma pequena parcela da população, através de políticas do governo por meio da (CAIXA ECONÔMICA), que tem desempenhado importante papel referente ao financiamento. “Já a população desprovida de renda, não se insere nesse modelo de acesso à moradia” (MARICATO, 1982).

No processo histórico de produção da política habitacional é preciso considerar grandes avanços, que vem se alterando ao longo das últimas décadas. Inicia-se a partir da Política Nacional de Habitação, um novo processo participativo e democrático, contando com a contribuição dos diversos setores da sociedade (MISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

A Política Nacional de Habitação prevê uma implantação gradual, pois a viabilização dos seus instrumentos, recursos e programas demandarão certo tempo. A primeira política nacional de habitação foi a Fundação Casa Popular criada em 1946. Foi ineficaz por falta de recursos e as regras de financiamento estabelecido foram restritas a alguns Estados, com produção pouco significativa de unidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Em 1964, período da ditadura militar, foi implantado um novo modelo de política habitacional, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), baseado em um conjunto de características que deixaram marcas importantes, como a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), chegando a um investimento significativo na habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Segundo Bolaffi (1982) tais recursos não foram destinados para solucionar o problema de déficit habitacional existente no país, e sim conduzido pela proposta de estabilizar a economia através de incentivos que fomentassem a indústria de bens duráveis e a construção civil, tendo em vista que se encontrava prejudicada pelas altas taxas de inflação vigentes desde governo de João Goulart.

Nesse modelo da política de habitação, observaram-se problemas desde sua implantação, tendo o Banco Nacional de Habitação (BNH) enfrentado a crise do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e com isso, foi extinto em 1986 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Com a extinção do Banco Nacional de Habitação, as atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU). Em março de 1987, o Ministério

do Desenvolvimento Urbano (MDU) é transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), sendo alterado novamente em setembro de 1988 em Ministério do Bem-Estar social (MBES) com gestão somente na política habitacional (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Com a Constituição Federal de 1988 e a reforma do Estado, inicia-se o processo da descentralização e redefinição de competências, passando a ser atribuições dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais.

Em março de 1989 é extinto o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social (MBES) e cria-se a Secretaria especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), sob a competência do Ministério do Interior. O modelo adotado pela Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária possibilitou aos Estados e Municípios autonomia dos governos, deixando de serem executores da política.

No entanto, a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no Estado superava suas reais disponibilidades financeiras e afetou a possibilidade de expansão do financiamento habitacional, levando a suspensão (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Nos anos 1990 a 1992, o Presidente Fernando Collor de Mello, iniciou um processo de reformulação das políticas brasileiras com um forte direcionamento neoliberal, onde o Estado passa a intervir minimamente na economia e os serviços são regulados pelo mercado.

Criou o programa habitacional PAIM (Plano de Ação Imediata Para habitação) com objetivo de financiar habitações e construir 245 mil casas em 180 dias, por meio de empresas privadas (AZEVEDO, 1996). Mas não concretizou objetivo.

Já no governo Itamar (1992 – 1994) que assume após o governo Collor ser afastado, foi criado os programas Habitar Brasil e Morar no Município, objetivando financiar construções de moradias para população de baixa renda, porém esses programas tinham duros padrões e exigências legais, no que dificultavam os municípios capitalizarem esses recursos (AZEVEDO, 1996).

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) foi extinto o Ministério do Bem-Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) (AZEVEDO, 1996).

Houve reconhecimento da regularização fundiária; aprovada a Lei Federal 10.257 conhecida como Estatuto das Cidades, com o objetivo de fornecer suporte jurídico mais consistente no processo de planejamento urbano (AZEVEDO, 1996).

Mas não colocado em prática devido à orientação neoliberal do governo e restrições impostas pelos bancos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) (AZEVEDO, 1996).

No governo Lula (2003 – 2010) já no primeiro dia de governo, cria o Ministério das Cidades que passa a ser responsável para gerir a Política Urbana de forma integrada com a de Habitação. Assim, pensava-se em implantar uma política de habitação que não limitasse a promoção de moradias, mas que disponibilizasse serviços públicos como infraestrutura, saneamento básico, transporte coletivo, materializando desta forma o direito a cidade.

Em outubro de 2003, foi realizada a I Conferência Nacional das Cidades, que resultou como sendo fruto de debate dos movimentos sociais, a criação da Política Nacional de Habitação (PNH), aprovada em 2004, visando “promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo assim, para inclusão social (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, P. 29).

Com base nesta política, foi desenvolvido o projeto que favorecesse o direito de acesso dessas famílias, a moradia para todos, desenvolvido pelo O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Esse Sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Trata-se de questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

O sistema da Política Nacional de Habitação tem por finalidade obedecer a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental

para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida do Ministério das Cidades, com meta de construir moradias para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. O programa foi criado no ano de 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais e associações, que significou um novo aporte de recursos para habitação. Concebido com uma política anticíclica, que visou dar robustez à economia brasileira em face da crise financeira internacional que eclodiu em 2008. O programa direcionou 34 bilhões em subsídios à produção habitacional de 1 milhão de habitações (BRASIL/MCID, 2010).

Para Arantes (2009) além de ser objetivo social, o programa ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, foi também uma reação à crise econômica mundial do fim de 2008 (ARANTES, 2009).

Recapitulando o histórico da política habitacional em nosso país, é preciso considerar os avanços em termos de volume de habitações produzidas, segundo Moreira, (2009);

A ideia central da criação do Ministério das Cidades seria integrar essas políticas a partir do uso e ocupação do solo, construindo uma Política de desenvolvimento Urbano de longo prazo, sustentável e contínua, que fosse capaz de reverter a histórica influência dos bancos públicos (BNH e posteriormente a CEF, responsável pelos financiamentos habitacionais e de saneamento) nas definições dessas diretrizes políticas (MOREIRA, 2009, p.86).

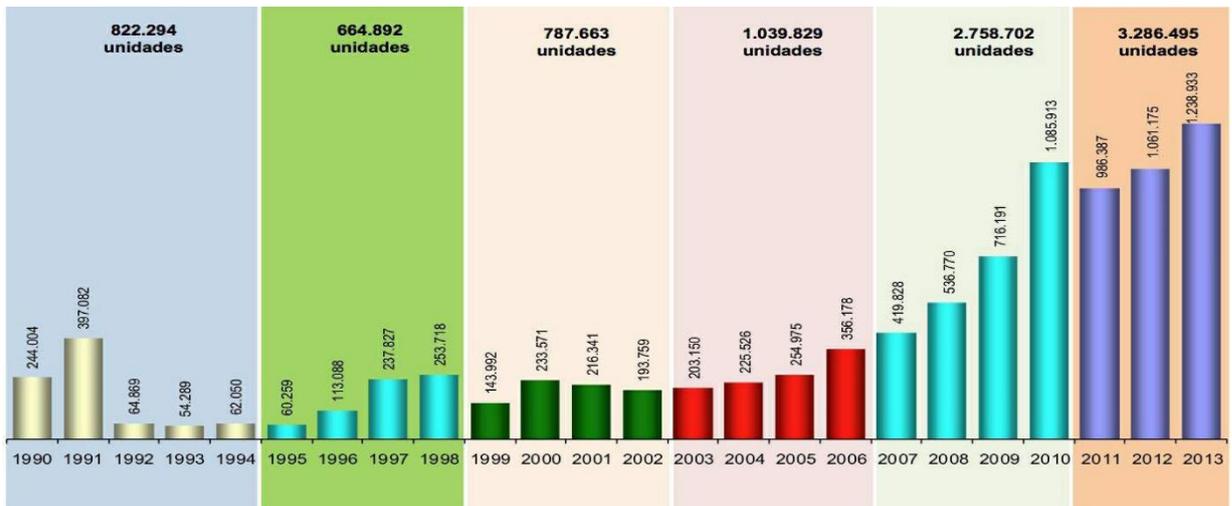
O Programa Minha Casa Minha Vida tornou-se o maior programa em atividade no setor habitacional no Brasil, e representa a maior aproximação política pública realizada no país, possuindo reconhecimento em virtude de sua amplitude e capacidade de realização.

No governo Dilma, que assume a presidência do País no ano de 2011 como continuidade do Presidente Lula, foi o período da qual se entregou mais unidades habitacionais no país, segundo dados da Caixa Econômica Federal (CEF) que englobam o conjunto dos financiamentos do mercado em uma perspectiva histórica.

Ainda de acordo com os dados da Caixa Econômica Federal (CEF), podemos dizer que foi o Governo que mais contribuiu para reduzir o déficit habitacional no Brasil, calculado em 2012 em 5,24 milhões de unidades habitacionais, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA - 2012).

O gráfico a seguir nos ilustra que nos anos de 2011 a 2013, na gestão do Governo Dilma, houve mais financiamento de unidades habitacionais que durante a existência do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 e extinto em 1986, ao ser integrado à Caixa Econômica Federal (CEF).

Gráfico 2 – Unidades habitacionais: financiamento do mercado de 1974 a 2013.



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2013.

Todo esse resultado se deu por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, fruto do diálogo entre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e entidades representativas de luta por moradia, que buscou atender as famílias de baixa renda, contribuindo para o menor déficit habitacional no país.

Considerando a moradia como um direito e um dever do Estado, Dilma (2014) disse o seguinte na abertura da 5ª Conferência Nacional das Cidades;

É preciso reconhecer que o Estado brasileiro, não é só governo, o Estado brasileiro tem obrigação, para certa camada da população, de construir para que tenha acesso à casa própria. Daí porque esse é o programa em que o governo federal gasta mais com subsídio. Nós, de fato, subsidiamos a casa para a população mais pobre deste país. E não é uma questão de esmola, não é questão de dádiva, não é um presente. É uma obrigação, e, portanto, da parte do Estado, e é um direito do cidadão e da cidadã, da parte da população. Essa é a diferença fundamental desse programa, ele foi feito para os cidadãos e para cidadãs com direito pleno e direito ao dinheiro público (DILMA, 2014).

De fato, a população mais pobre passou a ter acesso a moradia e ao financiamento destes empreendimentos por meio da Caixa Econômica Federal (CEF), porém, surgem críticas na localização desses imóveis, bem como a estrutura e localização destas unidades habitacionais, que iremos discutir nos capítulos posteriores.

O Estado por muito tempo vem tentando assumir o papel de provedor pela moradia, de forma atender e controlar as reivindicações com programas paliativos e de extrema dificuldade para se colocar em prática. Somente com a Política Nacional de Habitação (PNH) criado em 2004, foi possível garantir a população de baixa renda o acesso a moradia, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

4 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Com o processo de industrialização no município de Fortaleza, houvera instalações das indústrias, como por exemplo as empresas têxteis, que ocasionou a migração da população do sertão para a cidade em busca de melhores condições de sobrevivência. Com essas migrações, trouxeram também questões de saúde pública por causa das aglomerações de famílias, dando origem as favelas.

Segundo Costa, (2001) Fortaleza por não está preparada em sua infraestrutura para receber tantas pessoas, os emigrantes se instalavam em diversos pontos;

(...) alojavam-se sob árvores, nas praças, no Passeio Público, nas ruas, em terrenos vagos. A administração pública tentava pôr ordem no espaço do migrante da seca, construindo “abarracamentos”, distribuindo alimentos, oferecendo assistência médica e em troca, exigia desta população o trabalho para realização de obras públicas (COSTA, 2001, p. 102).

O governo no intuito de controlar a superpopulação no território urbano de Fortaleza, bem como no centro, onde se instalara a elite na época, começa a se pensar no financiamento habitacional por meio do Banco Nacional de Habitação. É claro que com a construção de casas em áreas distantes, onde se consolida a periferia fora do centro urbano, o mercado imobiliário supervaloriza as terras, e assim, dá-se origem os bairros desenvolvidos economicamente.

Esse processo de direcionamento da burguesia para o setor leste da cidade, segundo Jucá, (2003) se deu ao longo das décadas de 40 e 50;

A Aldeota consolidava-se como reduto da burguesia, que exercia a sua hegemonia nos diferentes setores da vida urbana. A cidade passou a ser dirigida pelo modo de vida oriundo da cultura das elites, que exerciam um controle sobre a vida urbana. Os bairros elegantes ainda eram Jacareacanga e Benfica. O primeiro, até os anos quarenta, era conhecido como o mais aristocrático. O palacete de José Gentil, atual prédio da reitoria da Universidade Federal do Ceará, no Benfica, rivalizava em ostentação como o da família Pedro Philomeno Gomes, em Jacareacanga, onde haviam casas copiadas de modelos europeus. Foi nesse período que a Aldeota começou a crescer, mas limitava-se ao final da linha dos bondes, entre a Silva Paulet e José Vilar. Havia o Castelo de Plácido Carvalho, um comerciante que, em homenagem a sua mulher de origem Italiana, mandara construir a

residência nos moldes de um castelo florentino. Até princípios da década de cinquenta, o edifício ainda cativava os fortalezenses, chegando a ser objeto de debates na Câmara Municipal (JUCÁ, 2003, p. 40).

Percebemos a influência das elites no município de Fortaleza durante processo de urbanização, que deu origem aos bairros periféricos longe dos bairros mais desenvolvidos. Devemos lembrar que nessas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970 foram períodos em que houve grande desenvolvimento do espaço geográfico de Fortaleza e as áreas metropolitanas. Com isso é claro, houve um aumento da população no município.

Nesse período, foram entregues os conjuntos habitacionais como os da Cidade 2000, José Walter, Conjunto Ceará, Beira rio, Nova Assunção, localizados na periferia da capital. Os conjuntos habitacionais foram construído pela Companhia de Habitação do Estado Ceará (SOUZA, 2006);

Fortaleza se expande para as zonas oeste e sul, principalmente em face da implantação dos conjuntos habitacionais, dos loteamentos periféricos e das autoconstruções. A maior parte da população de Fortaleza está excluída da cidade mais urbanizada, em virtude dos altos preços dos terrenos das habitações (COSTA, 2005, p. 84).

Esses conjuntos habitacionais na época, distantes do seu local de trabalho, dificultavam a mobilidade da população, não levando em conta o prejuízo econômico dessas famílias. De acordo com Kowarick, (2009);

A questão habitacional que não pode ser reduzida apenas à qualidade da moradia, aspecto importante, mas não único, pois implica também a sua localização e os serviços existentes no bairro que se localiza. A distância em relação aos locais de emprego constitui aspecto crucial quando se sabe que a locomoção em transporte coletivo atinge frequentemente quatro horas diárias, o que, acrescida de uma jornada de trabalho de oito, nove ou dez horas, pode significar grande esgotamentos das energias físicas e mentais (KOWARICK, 2009, p.19).

Os governos na época continuavam querendo acabar com as favelas no município, porém, os movimentos sociais por habitação deram origem em Fortaleza, a partir da resistência à remoção dos moradores da favela da Avenida José Bastos para o conjunto São Miguel no ano de 1978, conforme Mutirão, 1979);

(...) os habitantes da favela reivindicam permanecer no local, se isso de todo não for possível, querem a indenização de seus barracos, ou ajuda em dinheiro para que consigam uma nova morada. Estas reivindicações, ainda não unificadas, eles procuram encaminhar, indo individualmente, ou em pequenos grupos, jornais, autoridades jurídicas advogados, deputados, vereadores, à fundação do Serviço

social, a Arquidiocese e até, embora sem êxito, ao governador e ao prefeito (MUTIRÃO, 1979, p. 8 e 9).

Para Barreira, (1992) a luta da favela José Bastos motivou o governo a criar o Programa de Assistência às Favelas da Área metropolitana de Fortaleza (PROAFA) no ano de 1978, no intuito de remover as favelas existentes na cidade. A situação da habitação em Fortaleza continuava desgovernada com ações fragmentadas, conforme Pequeno, (2008);

Avalia que em fortaleza, a situação institucional se mantinha precária e desgovernada. Com ações em diversas secretarias, a questão de moradia era tratada de forma incipiente, fragmentada e acéfala, como o próprio planejamento urbano, ficando estas temáticas sempre a mercê de consultorias e terceirizações que em nada contribuíam para o desenvolvimento institucional (PEQUENO, 2008, p. 26).

A partir do Governo Lula, (2003) com a Política Nacional de Habitação, sendo fruto de debates nos conselhos das cidades e aprovada em 2004, defini as atribuições dos Estados e Municípios concernente aos programas habitacionais;

Dentro do processo de descentralização se estabelece uma definição de competências, passando a ser atribuição dos estados e municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição constitucional (POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2004, P. 11).

Sendo assim, no dia 30 de dezembro de 2003, foi criado pelo Prefeito Juraci Magalhães, a Fundação para o desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), por meio da Lei nº 8.810 (ARAUJO, 2013, p. 39).

Em 2005, toma posse na Prefeitura de Fortaleza Luizianne Lins, a prefeita contratou para os quadros do município técnicos ligados aos movimentos sociais e ongs comprometidos com o movimento pela reforma urbana (ARAUJO, 2013, p. 39).

Durante os anos de 2005 a 2013, a HABITAFOR trabalhou com 22 projetos, e nove conjuntos habitacionais, foram incluídos: Maravilha, Nossa Senhora de Fatima, Jana Barroso, Barbara de Alencar I e II, Anita Garibaldi e João Lopes, Maria Tomásia, Socorro Abreu (ARAUJO, 2013, p. 41).

Podemos observar alguns pontos negativos nos projetos que visualizamos no município de Fortaleza, como por exemplo, o tamanho das casas pequenas para comportar um número grande membros familiares, que por sua vez, acabam fazendo arranjos nos projetos e assim adequar a suas necessidades. Sentimos também a ausências dos serviços públicos e equipamentos sociais no entorno destas unidades

habitacionais e quando tem, é preciso ampliar os serviços para atender a todos, o que não ocorre.

Assume a gestão de Fortaleza em 2013, o Prefeito Roberto Claudio. Um dos programas realizado pela HABITAFOR em sua gestão, é o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, com atribuição de selecionar e distribuir os usuários contemplados com unidades habitacionais, os quais devem atender entre os requisitos propostos pelo programa, de possuir renda entre zero a três salários mínimos. Quando a renda familiar ultrapassa esse valor, se encaixa em outra faixa do programa, no qual o financiamento é realizado diretamente com as instituições financeiras – Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, com intermédio de construtoras e imobiliárias (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

Assim como ocorreu nas décadas anteriores, em que os trabalhadores conquistaram suas casas nos conjuntos habitacionais, mesmo que distantes do seu local de trabalho, e como forma de controlar os movimentos, a Prefeitura Municipal de Fortaleza começa o cadastro para o Programa de Habitação do Servidor Municipal, atendendo reivindicações dos trabalhadores por meio de seus representantes sindicais.

A Prefeitura de Fortaleza abriu inscrições desde do dia 18 de outubro de 2017 para o cadastro de servidores que querem participar do Programa de Habitação do Servidor Municipal. A política a ser implantada em parceria com Caixa Econômica Federal, é inédita e beneficia servidores efetivos interessados na aquisição da casa própria em dois conjuntos habitacionais localizados no bairro Passaré com toda infraestrutura de lazer incluída (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

Para participar do programa, os servidores com renda familiar entre R\$ 2650 e R\$ 7 mil e que atendam aos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCV). Entre os critérios, estão não possuir imóvel próprio ou outro financiamento imobiliário, nem restrição de crédito (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

No total, serão sorteadas 578 unidades habitacionais para os servidores do Município. O sorteio programado para o dia 20 de novembro, seguindo o mesmo critério de transparência dos sorteios já realizados pela Prefeitura, ou seja, um modelo de sorteio eletrônico com transmissão ao vivo pela TV. Além dos critérios do próprio Programa Minha Casa Minha Vida, governo e sindicatos definiram outros quatro critérios de prioridade no sorteio: 1. Unidade familiares chefiadas por mulheres; 2.

Famílias numerosas; 3. Servidores com doenças crônicas; e 4. Moradores de áreas de risco (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

As informações do cadastro são “auto declaratórias”, ou seja, o servidor informa e, caso seja sorteado, as informações serão confirmadas pela HABITAFOR, com apresentação de documentos e visitas à família. A partir daí o cadastro segue para avaliação de crédito da Caixa Econômica Federal. Desta forma, será feito também um cadastro reserva para suprir eventuais incompatibilidade do cadastro inicial ou negativadas do banco (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2017).

Diante dos avanços e retrocessos na trajetória da política de habitação no município de Fortaleza, podemos ressaltar a importância dos movimentos sociais urbanos, que lutaram para dá visibilidade a tais demandas e que nem sempre fora tratada como prioridade pelos gestores, mas em certos momentos na história, fora implantada como respostas as pressões desses movimentos, buscando atender de certa forma, mesmo que não solucionando, a questão da moradia.

5 RESIDENCIAL MIGUEL ARRAES: EXPERIÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE

A construção de moradias na cidade, é originada pela disputa de terras através dos Movimentos Sociais, objetivando o sonho da casa própria. De acordo com Corrêa, (1995), as áreas não urbanizadas passam por uma supervalorização a medida em que há uma infraestrutura agregada ao capital;

Com o crescente processo de expansão urbana em Fortaleza, e os consequentes aumentos populacional (local e migrante) e produtivo, as áreas não urbanizadas são então incorporadas (para a necessária expansão espacial), revalorizando o capital nelas contido (auferindo renda da terra) e investido (gerando lucro). Ou seja, esse crescimento demográfico-espacial do Município provoca a necessidade de novos terrenos e imóveis, cuja existência dependerá da incorporação (pelo capital) e sua posterior transformação formal e funcional - o loteamento e a construção -, bem como da infraestrutura agregada (CORRÊA, 1995, p. 59).

Com essa supervalorização de terras, a população acaba se instalando em locais de risco, ou seja, as margens de rios. O Residencial Miguel Arraes é resultado do Projeto Social de Urbanização Rio Maranguapinho, projeto esse desenvolvido pela secretaria das Cidades, que realocou as famílias que moravam as margens do leito do rio Maranguapinho. Com a entrega do residencial Miguel Arraes, cerca de 20 áreas da Capital, deixam ser de risco (SECRETARIA DAS CIDADES, 2012).

O Residencial foi entregue no dia 25 de setembro de 2012 pelo Governo do Estado na época, o Governador Cid Gomes, composto por 1212 unidades habitacionais, distribuídos em 101 torres com 12 apartamentos cada. O investimento do empreendimento soma o total de R\$ 48,4 milhões (SECRETARIA DAS CIDADES, 2012).

Com a finalidade de transformar a realidade vivenciada dessas famílias nesse novo território, durante dois anos foi realizado um trabalho técnico com os Assistentes Sociais para orientar os moradores quanto ao convívio social, bem como tornar as famílias prontas para administrar desafios e assim solucionar-los. Foi desenvolvido o trabalho social e familiar buscando se articular com outras políticas sociais, como educação, saúde, transporte (SECRETARIA DAS CIDADES, 2012).

O trabalho social realizado no residencial foi orientado por três eixos: Mobilização e Organização Comunitária (MOC), que visa organizar a comunidade objetivando a garantia e defesa dos seus direitos; Educação Sanitária e Ambiental (ESA), que busca sensibilizar as famílias para uma melhor utilização do ambiente; e a Geração de Trabalho e Renda (GTR), que objetiva promover cursos profissionalizantes (SECRETARIA DAS CIDADES, 2012).

As estratégias desenvolvidas na unidade habitacional consistem em contribuir para o convívio social, garantindo direitos e estimulando a emancipação através de oficinas que possibilitam a geração de renda (SECRETARIA DAS CIDADES, 2012).

Para Moraes, (2005) a apropriação do espaço se dá por meio da mediação do trabalho;

A respeito da geografia humana “como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história”. O homem, apropriando-se do espaço, sendo mediado pelo seu trabalho, promove a produção espacial, de acordo com as relações sociais estabelecidas em cada período (MORAES, 2005, p.19).

Assim, tempo e espaço são partes um do outro, e mesmo que, às vezes, sejam contraditórios, tornam-se fundamentais para se entender a totalidade no território. Cabe aos moradores produzir nesse espaço, para garantir direitos em outras políticas, como os equipamentos de saúde, educação, cultura, lazer e esporte, pois se percebe a falta desses equipamentos em torno do residencial.

De acordo com Ribeiro, (1997) os serviços públicos chegam aos locais distantes da cidade, por meio da relação de trabalho, sendo mediatizada pelo mercado imobiliário;

É na periferia geográfica, nos bairros mais distantes do "núcleo" da Cidade, que os problemas da falta de infraestruturas e serviços públicos atingem uma significativa parcela da população urbana. Esses praticamente só são oferecidos na medida em que propiciam a "necessária" reprodução da força de trabalho, uma necessidade do capital. Assim, "a relação entre exploração do trabalho e carência e precariedades habitacionais é mediatizada pelo mercado imobiliário" (RIBEIRO, 1997, p. 142).

Podemos perceber após cinco anos em que foi entregue o residencial Miguel Arraes, equipamentos com serviços para beneficiar a população, no intuito de inserir políticas públicas de infraestrutura neste território.

No dia 29 de junho de 2016, foi inaugurado o posto de saúde, Dr. João Barbosa Pires de Paula Pessoa, que visa beneficiar os moradores do Miguel Arraes e adjacências, que não tinham acesso à saúde primária. A nova unidade de saúde terá em seu quadro duas equipes do Programa saúde da Família (PSF), com consultas, tratamentos, vacinas e acompanhamento médico, de enfermagem, e odontológico. Entre os serviços, de acordo com a prefeitura, os usuários terão acesso ao acompanhamento de pré-natal, hipertensão, diabetes, tuberculose e hanseníases, além de atendimentos direcionados à saúde da criança, do idoso, da gestante, da mulher e do homem (PREFEITURA DE FORALEZA, 2016).

No dia 20 de março de 2017, a Prefeitura Municipal de Fortaleza inaugurou a Escola de Tempo Integral (ETI) Professor Alexandre Rodrigues de Albuquerque, a primeira instituição pública de ensino do Ceará a funcionar com energia solar, visando atender cerca de 500 alunos, do 6º ao 9º ano, residentes nos bairros do Siqueira e adjacentes. As Escolas de Tempo Integral são efetivação de uma política de ampliação da jornada escolar. A estratégia soma-se ao conjunto de ações da Prefeitura de Fortaleza que visam a promover maior qualidade no ensino de rede pública municipal (PREFEITURA DE FORALEZA, 2017).

Podemos perceber que existem, mesmo depois de alguns anos desde a entrega da unidade habitacional, equipamentos de saúde e educação, tornando acessíveis os serviços a esta população, mesmo que ainda insuficiente o número de profissionais para atender todas as demandas.

Para CARLOS, (1994) as melhorias" em determinada área periurbana acontecem através da luta dos moradores. Porém, a vinda desses serviços públicos acarreta o aumento do preço da terra, e isso beneficia os especuladores.

O direito à moradia vai muito além de receber uma casa para se morar, pois há a necessidade dos equipamentos que ofereça os serviços básicos para atender as demandas da população inserida neste território.

6 METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é de cunho qualitativo, buscando analisar como se dá as condições de acesso à moradia e as transformações ocorridas por meio da Política Nacional de Habitação, na vida das famílias de baixa renda.

Segundo Minayo (2010, p. 57) A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado (...).

No primeiro momento, foi utilizado o estudo bibliográfico, que segundo Fonseca, (2002) o estudo bibliográfico é realizado a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas;

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p.32).

Sendo assim, para o embasamento teórico deste trabalho, utilizamos os seguintes autores: Iamamoto (1993), Neto (2007), Harvey (2003), Minayo (1997), Weber (1967), Lefebvre (2001), Maricato (2015), Lemos (1996), Fernandes (2008), Fonseca (2002), Costa (2001), Jucá (2003), Barreira (1992), Bezerra (2012), Oliven (2010), Carlos (2005), Bolaffi (1982), Azevedo (1996), Arantes (2009), Souza (2006), Kowarick (2009), Pequeno (2008), Araújo (2013), Corrêa (1995), Moraes (2005), Ribeiro (1997), dentre outros autores. Foi utilizado também artigos e dissertações, para que assim pudéssemos conhecer e aprofundar sobre o tema.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou como se dá as condições de acesso à moradia e as transformações ocorridas com a política de habitação no residencial Miguel Arraes, localizado em Fortaleza - CE. Projeto este desenvolvido pela Secretaria das Cidades e Governo Federal, que realocou as famílias que moravam as margens do leito do rio Maranguapinho, com o objetivo de transformar a realidade vivenciada dessas famílias nesse novo território.

Assim como ocorre no cenário nacional, a urbanização e industrialização ocorre também em Fortaleza, que cresce em meio a questão por moradia, onde podemos observar uma divisão de territórios: de um lado os bairros mais desenvolvidos que concentra a elite burguesa, e de outro as periferias, que concentra os conjuntos habitacionais entregues pelo governo para controlar os movimentos por moradia, e ao mesmo tempo, evitar a superpopulação nas áreas nobres de Fortaleza.

Ressaltamos que o processo de urbanização no Brasil, foi marcado pela migração da população de várias regiões para os grandes centros urbanos. Diante da ausência de políticas públicas durante o processo de industrialização e valorização do mercado imobiliário, torna-se inviável o acesso a moradia para a população de baixa renda, tornando-se se uma questão habitacional como questão social.

Dentro desse contexto, verificou-se que o Residencial, foi construído no intuito de realocar as famílias que vivem as margens do Rio Maranguapinho, para o Bairro do Siqueira, onde está localizado o Residencial Miguel Arraes. Contudo, podemos perceber durante toda trajetória da política de habitação, que programas como esse, são construídos em áreas distantes, sem acesso aos serviços básicos, por serem terrenos de menor custo para o governo. O acesso a moradia vai muito além da casa, pois é preciso se pensar em uma política que beneficie os moradores nas unidades habitacionais, com serviços básicos para garantir a moradia digna.

Muito se avançou na busca por moradia nos últimos anos, mesmo diante de todos os desafios dessa garantia constitucional. O Governo Federal tem através do Ministério das Cidades, garantido o sonho da casa própria para as famílias que não participam do modelo de financiamento, por não estarem inseridas no mercado capitalista do trabalho. Entretanto, verificou-se que os municípios ainda precisam se organizar e administrar os recursos, de forma que a política de habitação se articule com as demais políticas de acesso aos serviços e abranjam a toda população brasileira, visando diminuir as desigualdades sociais.

Consideramos esse tema como de fundamental importância no processo de pesquisa para o Serviço Social, por entender a falta de moradia como expressão da questão social, contribuindo assim na reprodução de conhecimento, visando a participação da população na luta por moradia no nosso País e no município de Fortaleza - Ce.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vaneza Ferreira. **Da Favela ao Conjunto Habitacional: Mudança de vida, Permanência do Estigma?** Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará, Centro de humanas. Fortaleza – Ceará, 2013. Disponível em < http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12664/1/2013_dis_vfaraujo.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Sérgio. **A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90**. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
_____. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

BARREIRA, Irllys. **O reverso das vitrines**. Conflitos urbanos e Cultura Política. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992.

BEZERRA M. M. de O. et al. **Formação, sustentação ou implosão de uma bolha imobiliária? A dinâmica de preços no mercado de imóveis de Natal no período 2005-2010**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22 n. 1 (47), p. 167-196, abr. 2012. Disponível em. Acesso em: 25 set. 2017.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: Maricato, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Prefácio de Francisco de Oliveira. 2. Ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1982. 116p, cap.2, p.37-70.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos Ministério das Cidades 4: Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das cidades, 2004.

BRASIL. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**. Lei nº 11,124. De 16 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11124.htm>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo:Contexto, 2005/2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Urbanização da sociedade cearense. In: **O espaço no fim do século: a nova raridade**. DAMIANI, Amélia *et al.* (org.) São Paulo, Contexto, 2001.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. **Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço**. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SOUSA, M. S. de [et all]. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. (p.51-100).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORTALEZA. **Cadastro e Distribuição das Unidades Habitacionais**. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-comeca-cadastro-para-programa-de-habitacao-do-servidor-municipal>>. Acesso em 22 de outubro de 2017.

FORTALEZA. **Começa cadastro para Programa de Habitação do Servidor Municipal**. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-comeca-cadastro-para-programa-de-habitacao-do-servidor-municipal>>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

FORTALEZA. **Criação da Fundação de Desenvolvimento para Habitação – Habitafor**. Disponível em <<http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/images/1/18/Lei8797-03.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Secretaria das Cidades: Projeto Rio Maranguapinho**. Disponível em: <<http://abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Rio-Maranguapinho.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2017.

HARVEY, David, **condições pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens na mudança cultural**. Trad. Adail Ubirajara sobral: Maria stela Gonçalves. 12. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IANNI, Otávio. 1994. O Mundo do Trabalho. In, Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 8, Nº 1. Jan/Mar. São Paulo EADE.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo. Revista Temporais**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. .3, Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; Carvalho, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológico**. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V, **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em 12 set. 2017.

IPEA: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Nota Técnica. **Estimativa do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Brasília, 2013.

JUCÁ, Gisafran Nazareno M. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945 – 1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 2. Ed. São Paulo, ed.34, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO: Metrôpole, **legislação e desigualdade**. **Estudos avançados** 17 (48), 2003. Disponível:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos M.Cidades nº 4, Brasília, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Fernanda Accioly. **O lugar da Autogestão no Governo Lula**. 2009, 1995 f. dissertação (Mestrado – Área de concentração: Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

MUTIRÃO. **Despejo criminoso**. Fortaleza, n. 9, p.8 e 9. jan.1979.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In: **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez editora, 6ª ed, 2007.

OLIVEN, RG. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/z439n/pdf/oliven-9788579820014.pdf>>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio espaciais nas cidades brasileiras**: transformações e tendências. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Inauguração Escola de Tempo Integral**. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-inaugura-escola-de-tempo-integral-no-bairro-siqueira>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Inauguração do 15º posto de saúde**. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-inaugura-15o-posto-de-saude-construido-na-atual-gestao>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

PROJETO, **doação de terreno para Templo religioso ao Miguel Arraes**. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/caderns/politica/projeto-quer-doar-terrens-a-igrejas-1.1423384>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

Ribeiro, Luiz Cesar de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política habitacional brasileira, versos e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação Socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Bozarcchiello da.; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Eliza; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (orgs). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

WEBER, Max. **Conceito e Categoria de Cidades**, in Velho, Otávio Guilherme (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 88.

ZMITROWICZ, W. **Planejamento Territorial Urbano**. São Paulo: EPUSP, 2002.